

# EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ALGUMAS REFLEXÕES CONCEITUAIS

*Raquel Pasinato*<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade de São Paulo - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/Departamento de Ciências Florestais, Laboratório de Educação e Políticas Ambientais, Av. Pádua Dias, 11, 13400-970, Piracicaba – SP, e-mail: rpinat@esalq.usp.br

**Palavras-chave:** Educação Ambiental, Emancipação, Participação

**Área do Conhecimento:** Ciências Humanas

**Resumo:** Frente a imensa gama de problemas ambientais da atualidade, a Educação Ambiental têm sido evidenciada em muitos projetos ambientais como uma fórmula de solução dos problemas decorrentes da relação homem/ambiente. Porém, as abordagens desta apresentam-se bastante diversificadas no âmbito epistemológico e nas ações práticas. Este artigo apresenta uma crítica às posturas conservadoras da EA e propõe, através das idéias de alguns autores renomados na área, a concretização de um novo modelo de Educação Ambiental, a Transformadora ou emancipatória com o objetivo de instigar algumas reflexões conceituais sobre o tema.

## Introdução

Frente a publicização da problemática ambiental tem-se observado o crescente aumento das publicações, eventos e ações no campo da EA<sup>1</sup> expressando diversas formas de vê-la e fazê-la. Por ser um campo epistemologicamente novo, o processo de construção teórico-prático da educação ambiental encontra-se na busca do amadurecimento das idéias e ações. Os diversos olhares sobre a EA quando observados mais atentamente revelam posturas políticas e visões de mundo bastante diversas. E muitas vezes, tais visões são colaboradoras na manutenção das coisas conforme elas estão.

É então necessário situar o surgimento histórico da EA e esclarecer as principais tendências desta no Brasil. Segundo [1] a Educação Ambiental brasileira incrementa-se a partir do surgimento dos novos movimentos sociais e ONGs ambientalistas na década de 80. E no contexto da nova temática ambiental, muitos educadores passam a incorporar um ideário ecológico em sua prática educativa.

Sendo assim, o objetivo deste artigo de revisão é proporcionar ao leitor e a educadores ambientais algumas reflexões sobre o ambiente epistemológico da Educação Ambiental trazido por alguns autores contemporâneos.

## O caminho da Sustentabilidade

A preocupação pública em relação aos problemas de deteriorização ambiental tem crescido continuamente desde meados da década de sessenta. Como produto desta preocupação pública surgiram e desenvolveram-

se organizações não governamentais (ONGs) e grupos comunitários que lutam pela defesa do meio ambiente; agências estaduais, federais e municipais encarregadas da proteção do ambiente; grupos e instituições científicas pesquisando problemas ambientais com uma abordagem sistêmica; setores administrativos que propõe processos produtivos baseados na conservação da energia e redução da poluição; surgimento de um mercado consumidor verde baseado em tecnologias sustentáveis e agências e tratados internacionais com a missão de equacionar problemas ambientais em escala global [2,3].

No Brasil a fase de formulação do movimento ambientalista na década de setenta foi marcada por um programa de denúncia e conscientização pública sobre a degradação ambiental, e conforme [2], “a recepção da problemática ambiental por parte das entidades brasileiras foi bastante acrítica” por tratar dos problemas ambientais de forma pontual e sem a compreensão da complexidade que os envolve.

A crise ambiental tornou-se evidente nas últimas décadas refletindo a racionalidade ecológica dos padrões dominantes de consumo em função do crescimento econômico. Em meio a esta crise inicia-se o debate teórico e político para valorização da natureza, mas este ainda tirava do contexto o sistema econômico [4].

A partir dos anos 70 e 80 a questão ambiental passa a fazer parte da agenda mundial. A humanidade se encontra em processo de globalização econômica e crise ecológica que interferem no presente e no futuro. E neste contexto, surge a possibilidade da estratégia do ecodesenvolvimento que considera o enfoque comunitário fundado nas condições e alternativas dos ecossistemas e no manejo sustentável dos recursos naturais [5].

<sup>1</sup> Abreviação de Educação Ambiental.

No entanto, antes que as estratégias do ecodesenvolvimento conseguissem ganhar espaços na gestão do desenvolvimento dominante, as estratégias de resistência à mudança da ordem econômica foram dissolvendo o potencial crítico e transformador nas práticas deste movimento. Surge, então, a necessidade de um conceito capaz de ecologizar a economia, eliminando a contradição entre crescimento econômico e preservação da natureza.

Assim, o ambiente foi caindo nas malhas do poder do discurso do crescimento sustentável e o conceito normativo do desenvolvimento sustentável passa a tornar-se hegemônico. Tal conceito apareceu nos anos 80 pela primeira vez no relatório Brundtland (Nosso Futuro Comum) da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas. Nesse texto desenvolvimento sustentável é definido como um processo que permite satisfazer as necessidades da população atual sem comprometer a capacidade de atender as gerações futuras [4,6].

No entanto, a argumentação econômica do desenvolvimento sustentável enfoca o mercado e deixando em segundo plano as políticas de participação e justiça social. Segundo [7] “uma das melhores maneiras de esvaziar a política social é dissociá-la das questões econômicas como se fosse autônoma ou incompatível”. Em suma, este discurso tem como objetivo, por trás desta roupagem de ecologicamente correto, a manutenção do *status quo*.

O processo de institucionalização da questão ambiental e, conseqüentemente da EA, ocorreu em duas direções principais. A primeira pela expansão da informação, da problematização e da consciência ambiental. E, mesmo a maior parte desta informação sendo superficial e parcial, a causa ambiental penetrou novos setores sociais e ganhou *status* de tema prioritário na agenda político econômico contemporânea. A outra direção, caminhou no sentido da diluição dos conteúdos críticos do ambientalismo original e na substituição da perspectiva do conflito por uma perspectiva conciliatória [8].

Assim, a apropriação e a resignificação do ideário e do discurso ambientalista foi caminhando em direção à lógica do Mercado e instituindo reducionismos na abordagem das questões ambientais e conseqüentemente no campo da EA. Contudo, apesar da grande diversidade de tendências da EA, [8] aponta as propostas teóricas-práticas desta polarizadas em duas grandes concepções político-culturais que estruturam o debate da sustentabilidade: “a conservadora e a emancipatória”. Para a primeira interessa a manutenção da atual estrutura social, com suas características e valores econômicos,

políticos, éticos e culturais. A emancipatória se define no compromisso de transformação da ordem social vigente, de renovação plural da sociedade e de sua relação com o meio ambiente.

O autor ainda sugere uma terceira categoria, denominada “conservadorismo dinâmico” caracterizado por um perfil reformista, superficial e reducionista, já que opera por mudanças aparentes na relação entre sociedade e ambiente enquanto conserva o essencial. A grande ameaça a uma abordagem transformadora dos problemas ambientais está no conservadorismo dinâmico porque este representa o discurso hegemônico avalizado pelos governos e empresas e está acessível ao público pelos meios de comunicação de massa. Além disso, utiliza uma linguagem científica e técnica transmitindo uma imagem de neutralidade destes saberes de uma forma que estes não podem ser questionados. Por último, as iniciativas reformistas do conservadorismo dinâmico, ainda que paliativas, e sua ampla divulgação na mídia atuam no sentido de esvaziar a insatisfação pública e desmobilizar as possíveis reações das populações prejudicadas pelos efeitos da degradação ambiental.

Reforçando a idéia acima, [9,10] ao descrever a trajetória da EA no Brasil coloca que um dos principais problemas na política educacional brasileira é a falta de percepção da EA como processo educativo, reflexivo de um movimento histórico e isto levou a uma prática descontextualizada, voltada para a solução de problemas de ordem física do ambiente, incapaz de discutir questões sociais e categorias teóricas centrais da educação fazendo-a perder o sentido de educação como vetor de transformação social e civilizacional.

Em contrapartida a outra interpretação do discurso da sustentabilidade caminha em direção oposta e se expressa de uma forma mais complexa ou com dimensões amplas que tentam integrar a vida individual e social. Conforme [8] os defensores dessa matriz complexa da sustentabilidade [11,4,12,13], dentre outros, reagem ao reducionismo econômico e tecnológico que caracteriza o discurso oficial, e consideram que não há sustentabilidade possível sem a incorporação das desigualdades sociais e políticas e de valores éticos de respeito à vida e às diferenças culturais. De acordo com esta idéia, a EA assume um caráter reflexivo/transformador e caminha na perspectiva emancipatória em contraponto às tendências conservadoras.

## Educação Ambiental Transformadora

Uma proposta educativa relacionada à questão ambiental deve partir do questionamento sobre qual postura se quer compartilhar em projetos de EA. Assim, a autora deste trabalho opta pela EA que questiona a exploração e a desigualdade social decorrentes do modelo de desenvolvimento atual: a Educação Ambiental transformadora que, “é aquela que possui um conteúdo emancipatório”, ou seja, é afirmar que a educação enquanto práxis social contribui no processo de construção de uma sociedade com padrões civilizacionais e societários distintos dos atuais, em que a sustentabilidade da vida seja alcançada através de uma atuação política consciente individual e coletiva [9].

Após a educação ambiental ter sido socialmente concebida, pelo menos na retórica, em um esforço de responder à crise ambiental a partir dos anos 70, podemos afirmar que “ou a EA é política e transformadora da realidade socioambiental ou não é coisa alguma”. Se o educador ambiental não enfrentar o medo de inovar, corre o risco de continuar apoiando a legitimação da exploração do homem e da natureza pelo sistema capitalista [8].

Este processo de politização da educação ambiental supõe que os indivíduos sociais têm direitos e deveres sobre o meio ambiente e que o exercício da cidadania se concretiza quando acompanhado pela participação. Sobre isto, [7] afirma que a participação precisa ser conquistada pelos indivíduos para que estes tomem parte das decisões sobre a vida pública.

No entanto, o discurso da participação está sendo incorporado por muitos órgãos governamentais de acordo com políticas implantadas pelo Banco Mundial, em que a gestão participativa se concretiza quando nos processos de tomada de decisão os membros do grupo pertencem a categorias sociais distintas (agricultores, empresários, funcionário público, professor, dona de casa, estudante, etc.). Mas, o fato de pertencerem ao grupo, não significa que eles participam efetivamente dos processos de gestão pública. Na verdade é uma forma de mascarar os verdadeiros interesses para estar dentro do modelo de participação imposto.

Certamente não é esta participação que a EA transformadora está considerando necessária para construção do presente e do futuro. Segundo [14] associar um projeto ambientalista à participação significa que este deve estar fundado no paradigma emancipatório. Isto é, “os sujeitos só estarão efetivamente presentes se forem capazes de defender propostas com argumentos, com capacidade de decisão e construção coletiva”.

A emancipação, segundo [15] se dá em múltiplos espaços, como o doméstico, de produção, de mercado, de espaço público, etc. Nestes espaços se constroem diferentes comunidades interpretativas e entre elas se estabelecem redes de ligação. Conforme o autor, uma comunidade alcança a emancipação quando seus objetivos e ideais encontram tradução em outras comunidades, ou seja, tais objetivos se tornam gerais.

Para a concretização desta emancipação na realização de projetos sociais há elementos essenciais que devem se considerados. É necessário definir quem é este sujeito, qual é a cultura daquelas pessoas, como elas encaram ou se aplicam no trabalho, como elas se integram na organização do ambiente e, principalmente, se aquele sujeito ou aquela comunidade deseja nosso projeto utópico de transformação da realidade social [16].

As pesquisas qualitativas participativas têm a intervenção como uma de suas principais características, e esta tem movido tanto ações integradoras que levam à auto-regulação do objeto de estudo e a mudanças não radicais, como à contestação das estruturas e à luta por transformações revolucionárias [17]. Ressalta-se que aqui a intervenção é compreendida em uma perspectiva de transformação socioambiental pautada na práxis, ou seja, no “aprender fazendo”.

A participação pressupõe a postura ética e responsável das ações da EA. Na medida em que os indivíduos participam dos processos de iniciativa, decisão e ação no enfrentamento dos problemas socioambientais, conquistam seus espaços. No entanto, é necessário tomar cuidado quanto à dimensão do conceito da participação. Conforme [18] não adianta dizer que o indivíduo não participa se não é dada a ele infra-estrutura básica para tal, se não é disponibilizada a informação, se não há espaços de locução, se a tomada de decisão não é clara (quando reafirma a tendência histórica da dominação) e se a subjetividade do indivíduo não for considerada.

A noção de participação está relacionada a um processo, no qual o indivíduo se reconheça como parte integrante de um determinado grupo social e que sinta motivado a fazer parte.

Em muitos trabalhos de EA sempre se enfatiza a questão de participação atrelada à de sensibilização. No entanto, ao mesmo tempo em que a participação é vista como o grande caminho para a resolução dos problemas, gera em torno de si uma grande polêmica, tornando-se um dos grandes dilemas a serem enfrentados em trabalhos educativos.

Sendo assim, é necessária a compreensão de aspectos fundamentais quanto às formas de participação que se estimula em determinado

grupo social, levando em consideração o contexto que se está inserido, o aspecto temporal na comunidade e as diferentes formas que esta pode emergir, expressas em manifestações diversas.

Neste sentido, acredita-se que as reais transformações socioambientais podem ocorrer a partir do momento que os educadores ambientais incorporem em suas práticas educativas os princípios da verdadeira participação e da emancipação social.

### Referências Bibliográficas

[1] CARVALHO, I. C. M. As transformações na cultura e o debate ecológico: desafios políticos para a educação ambiental. In: Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil ed. Brasília : IPE / FNMA, 1997.

[2] LEIS, H. R. O Labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização. São Paulo: Gaia, 1996.

[3] McCORMICK, J. Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

[4] LEFF, E. Saber Ambiental, Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

[5] SACHS, I. Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

[6] GONÇALVES, C. W. Porto. Valores, princípios e critérios para o desenvolvimento sustentável: Notas de um debate. Folha de São Paulo de 09/08/1998.p.03.

[7] DEMO, P. Participação é Conquista. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

[8] LIMA, G. F. da C. Crise Ambiental, Educação e Cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória. p. 109-141. In: LOUREIRO, F. B. ; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO. R. S. de. (orgs.). Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

[9] LOUREIRO, C. F. B. Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental. São Paulo: Cortez, 2004.

[10] LOUREIRO. Considerações sobre o conceito de Educação Ambiental. Revista Teoria e Prática da Educação, v. 2, n.3. p.39-51, 1999.

[11] SORRENTINO, M. Desenvolvimento Sustentável e Participação. In: LOUREIRO, F. B.

; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO. R. S. de. (orgs.). Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

[12] VIOLA, E.; LEIS, H. R. A Evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, D; VIEIRA, P. F. Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

[13] DIEGUES, A. C. Desenvolvimento Sustentável ou Sociedades Sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. São Paulo em Perspectiva. 6 (1-2): 22-29, jan/jun, São Paulo, 1992.

[14] SPOSATI, A. Movimentos utópicos da contemporaneidade. In: SORRENTINO, M. Ambientalismo e participação na contemporaneidade. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001, p. 11-40.215p.

[15] SANTOS. B. S. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. 3 ed. São Paulo: Cortez. 2001. V.2.

[16] TASSARA, E. T. O. de. Avaliação de projetos sociais: uma alternativa política de inclusão? Texto baseado em palestra apresentada no curso "Avaliação de projetos sociais: construção de indicadores" Laboratório Social, São Paulo, 2002.

[17] HAGUETTE, T. M. Metodologias qualitativas na Sociologia. Rio de Janeiro: Vozes, 1992. p.52-92.

[18] SORRENTINO, M. Crise Ambiental e Educação. In: QUINTAS, J. S. (Org.). Pensando e Praticando a Educação Ambiental na Gestão do Meio Ambiente. Brasília: Edições IBAMA, 2000.